

PORANDUBAS

22

Edição Histórica



Boletim Interno da PUC-São Paulo. Ano III AGOSTO Sala de Comunicação



Revendo origens

pág. 4 a 9

EDITORIAL

*Recado
pro
Paulo*

Vivemos um tempo de misturar. De repente, olha o passado de novo, infeccionando com sangue novo a anemia, belo como um SIM numa sala negativa. Traz-nos novidade este passado que por tanto tempo nos foi sonegado. Proibidos de atuar, mal sabemos quem somos: ajuda-nos conhecer as lutas antigas, encontrar os companheiros "velhos-de-guerra".

PORANDUBAS, ao lado de toda a Comunidade Universitária, dá boas-vindas ao Paulo Freire, que estará conosco no próximo dia 20, no TUCA. Não poderia haver melhor presente

na comemoração dos 33 anos de história da PUC. História esta que começa a ser recuperada e de que se apresentam aqui alguns flashes.

Paulo, fique certo de que você tem trabalhado muito entre nós; suas lições nascidas do povo começam a voltar ao povo, pondo a Universidade a caminho. Que a sua "alegria menina" do retorno se enraíze nos corações das viúvas do "quem sabe e do talvez" arrebente o 477, liberte os sindicatos. Paulo que venha a anistia ampla, geral, irrestrita.

(DESENHO DA CAPA: MARCEL)

POSIÇÃO

Da anistia relativa à ANISTIA ampla

(Prof. José Gregori, da Comissão Justiça e Paz)

O projeto de Anistia que o presidente enviou ao Congresso Nacional no último dia 28 prevê uma anistia relativa.

O ponto de vista do Governo não acatou o sentimento da maioria maciça das entidades, personalidades, órgãos de Imprensa, universidades e Igreja que, num movimento crescente de opinião pública mobilizador dos mais diversos setores da sociedade civil — como há muitos anos não se via no Brasil —, exigia uma Anistia ampla. Apesar disso, porém, o projeto veio restrito, limitado e condicional.

Anistia, segundo a definição de Ruy Barbosa, é "um ato político, pelo qual se faz esquecer o delito cometido contra a ordem, o atentado contra as leis e as instituições nacionais". Anistia, portanto, é esquecimento do ato ou fato que ensejou uma medida punitiva: seja cassação de direitos políticos, seja aposentadoria ou reforma, seja expulsão ou banimento, seja prisão. Na luta política de uma nação, há fases em que, destruído o estado de direito, as paixões se incendiam e os vitoriosos punem ou afastam os vencidos. Passada a crise, a consciência democrática passa a exigir que sejam desfeitos e anulados os agravos e excessos cometidos nos períodos de exceção.

Para corrigir e esfriar as paixões e vinditas das horas quentes no arbítrio é que, desde a mais antiga civilização, surge a anistia. A idéia da anistia, pois, é a de apagar da memória as infrações e delitos políticos que os Governos — geralmente os autoritários — atribuem aos seus adversários. Não apenas, apa-

gar, como quem passa uma borracha, mas reparar as injustiças cometidas.

Basicamente a Revolução de 64 utilizou para as punições revolucionárias disposições de exceção conhecidas como Atos Institucionais e Lei de Segurança que, apesar de ser lei, não foi discutida e votada por parlamento livre.

As punições constaram de: a) suspensão de direitos político que equivalia a morte como cidadão, pois, o punido não podia votar nem ser votado e ficava sujeito a uma série de restrições, inclusive, domicílio fixado pelo ministro da Justiça; b) afastamento de cargo, função ou emprego público; c) afastamento em empresa pública ou aquela em que a União tivesse o Controle; d) reforma ou transferência para a reserva do militar; e) processo pela Lei de Segurança Nacional; f) banimentos.

Foram punidos pelos Atos Institucionais e pela Lei de Segurança milhares de pessoas.

Cada um dos atingidos purgou uma série de sacrifícios, dissabores, humilhações, prejuízos e, em muitos casos, exílio e cadeia. Em alguns outros, tortura e morte.

Com uma Anistia real se buscaria: I) restabelecer direitos; II) acabar com as restrições impostas aos atingidos devolvendo-lhes aquilo que as punições lhes retirou, seja do ponto de vista funcional, seja do ponto de vista material (vencimentos, proventos, soldos, etc.).

Ocorre, porém, que o projeto atual

não satisfaz tais itens caracterizadores, universalmente, do conceito de anistia.

Basta considerar o caso do servidor público afastado ou punido: o projeto atual vai, apenas, conferir-lhe a condição de aposentado no cargo que ocupava na época em que foi punido, melhorando os vencimentos, pois garante a contagem do tempo de afastamento como de serviço ativo. Idem, quanto ao servidor militar. Mas, há o seguinte: se o servidor público, seja Desembargador, Juiz, Professor, Funcionário, Militar, etc., quiser voltar ao serviço ativo no cargo ou posto que ocupava no tempo em que foi afastado, é necessário: I) requerer; II) que seu requerimento seja instruído por uma comissão processante e deferido pelo Ministro ou autoridade que caiba apreciá-lo. Este deferimento, contudo, só poderá ser concretizado se atender a duas condições, "sine qua non": a) "houver vaga"; b) "houver interesse da Administração".

A expressão utilizada pelo projeto "interesse da administração" é tão genérica e subjetiva que só será readmitido ao serviço ativo aquele que o governo desejar. Basta a autoridade que aprecia o pedido dar uma carimbada no requerimento: "não há interesse da administração" e o requerente não volta ao cargo. É assim mesmo: não há necessidade de qualquer justificativa.

Ficaram fora da anistia os condenados pelos crimes de terrorismo, de seqüestro, assalto ou atentado pessoal. O projeto refere-se aos "condenados", ou seja, aos que tenham sofrido condena-

ção transitada em julgado. Os que, todavia, tenham cometido os mesmos crimes mas, na data da lei, não estiverem condenados, embora tenham sido co-autores com os condenados, foram abrangidos pela Anistia. Ora é um tratamento desigual que ofende princípio básico de direito da isonomia, que proibe que a lei discipline situações idênticas de forma diferente.

Aliás, o governo, embora tenha reconhecido ter havido no País "verdadeira guerra" nos duros tempos da luta armada que envolveu "exército e polícia", de um lado, e "terroristas", de outro, fez discriminações e exclusões do lado dos "terroristas" mas, pelo parágrafo 1º do Art 1º do projeto oficial estão anistiados, por antecipação, todos os de seu lado. Comportamento, pois, contraditório e faccioso que, a meu ver, retira legitimidade às exceções previstas no projeto oficial.

Finalmente, e definitivamente compreenda-se o seguinte: anistia não é prêmio para quem recebe nem capitulação para quem concede, porque, a rigor, a anistia transcende as pessoas. A anistia é uma superação dos processos histórico-políticos onde tenham predominado o ódio e a paixão. Por isso exige grandeza, descortínio e boa fé. Do contrário, ao invés de drenar as feridas acaba por exacerba-las.

Rejeite-se, pois, o projeto oficial aprove-se o substitutivo das oposições brasileiras no qual, à base de um texto escrito pelo Prof. Dalmo Dallari, a Comissão de Justiça e Paz também colaborou.

ESTES, NÓS CONHECEMOS:

DR. SOUBHI KAHHALE

Obstetrícia e Ginecologia
Consultório: R. Martiniano de

Carvalho 694
Tel.: 287.3320

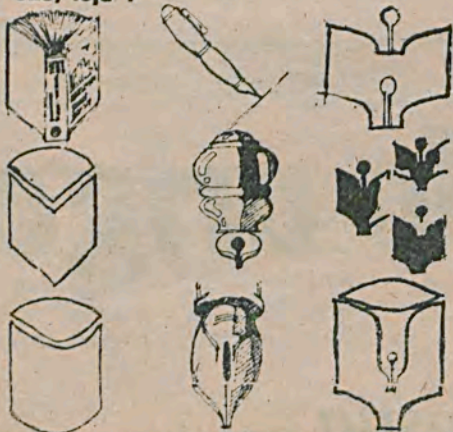
Dr. JOÃO CORIOLANO
REGO BARROS

Pediatra
Consultório: Av. Paulista 1159,
13º and. conj. 1310
tel.: 285-5828



LIVRARIA MANDURI

Livros de Arte, Ciências Humanas,
Pockets, Posters. Pedidos pelo telefone
256-9610. Rua da Consolação n°
323, loja 1



TRAMPOLIM NATAÇÃO

PISCINA COBERTA E AQUECIDA



- . APRENDIZAGEM
- . APERFEIÇOAMENTO
- . TREINAMENTO
- . "TEMPO LIVRE"

ADULTOS E CRIANÇAS

Com professores especializados
nos períodos da manhã, tarde e noite

Rua Monte Alegre 681 fone: 62-7973
(apresente este anúncio e ganhe um desconto)

Anistia

Justiça seja feita

Em nosso corpo docente há uma série de professores que foram atingidos pelo AI-5: alguns já davam aula aqui e outros foram acolhidos depois de cassados. São eles Pedro Kalil, Octavio Ianni, Paul Singer, José Artur Gianotti, Bento Prado Jr., Bolivar Lamounier, Florestan

Fernades, Maria Nilde Mascellani e Ivone Dias Avelino. Deles nos orgulhamos não porque foram punidos mas por sua qualidade científica. PORANDUBAS ouviu alguns deles e colheu depoimentos de entidades representativas e grupos que lutam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

PAUL SINGER

O FOGO OU PANELA

Para os professores cassados, o projeto do Governo oferece uma decisão administrativa ou um segundo julgamento tão arbitrário como o primeiro.

Aposentado pelo AI-5 em abril de 69 quando era membro do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional da Fac. Higiene e Saúde Pública. Entrou para a PUC em 1977.

"O projeto do Governo, não sei se será aprovado, mas se o for, coloca a mim e aos demais professores diante da seguinte alternativa: ou requeremos de volta o cargo anterior ou então a contagem do período de afastamento como tempo de serviço, o que aumentaria o valor da aposentadoria. O requerimento deveria ser submetido a alguma instância do Governo do Estado, não se sabe

qual exatamente. Esta comissão deveria manifestar-se acerca do interesse da administração pública sobre a nossa volta, se há vaga e verba para nossa recondução. São estas as perspectivas que o projeto nos abre.

Evidentemente que sou a favor da Anistia. Isto que passa por ser Anistia não o é: apenas nos é permitida uma apelação, um segundo julgamento tão arbitrário quanto o primeiro. Não tenho a menor possibilidade de saber se meu requerimento será aceito ou não. A decisão é administrativa. Poderá ser rejeitado ou aprovado sem qualquer razão expressa, como foi o caso da aposentadoria. Além de excluir de seus benefícios uma série de presos políticos, esta "anistia" não inclui nem os estudantes punidos pelo 477 nem os militantes operários e sindicais também punidos com intervenção, demissão, etc.

PEDRO KALIL PADIS

AUTONOMIA OFENDIDA

Aposentado em abril/69 por força do AI-5. Foi obrigado a deixar o magistério na atual UNESP, PUC e FGV. Em 1970 foi estudar na França onde também lecionou nas Universidades de Paris e de Reims.

"A Anistia é por excelência um ato de paz, de grandeza. Ela vem depois do combate, sinal de nova era. Por isso a Anistia não pode ser manchada pela restrição, pela parcialidade, senão perderá sua grandeza tornando-se uma demonstração de força, ou de fraqueza.

Nos últimos 15 anos pelo menos duas centenas de professores e pesquisadores foram sumariamente proibidos de exercer sua atividade docente. Hoje fala-se em anistiá-los. Mas fala-se apenas. HUMILHAÇÃO

O projeto oficial, de fato não anistia professor algum: apenas permite que se solicite a própria readmissão na Universidade, de forma vexatória que não

leva em conta o esforço científico feito em todo esse tempo.

Boa parte desses professores foi obrigada a ir para outros países onde desenvolveram atividades importantes, no magistério e na pesquisa. Lá obtiveram títulos, publicaram trabalhos, o que não poderiam fazer aqui.

Hoje se lhes permite pedir para voltar. Volta esta condicionada desde à disponibilidade de verbas até à vontade pessoal de quem decide. Além de ser humilhante, essa chamada anistia fere antes de tudo a autonomia universitária, pois quem vai decidir a "recontratação" desses pesquisadores e professores seria, no mais das vezes, decidida por autoridades políticas, alheias ao ensino e à pesquisa, distante da Universidade.

Esta é uma humilhação à qual a consciência brasileira não pode se submeter. Senão, a grandeza desaparece de todos os lados".

OCTAVIO IANNI

O "FAZ-DE-CONTA"

Ianni foi aposentado em 1969 pelo AI-5. Era livre-docente pela

Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP, dando aulas de So-

ciologia no Departamento de Ciências Sociais. É fundador do CEBRAP, juntamente com outros professores aposentados ou que aderiram à idéia do Centro. Está na PUC desde 1977 no Pós em Ciências Sociais.

O projeto de anistia enviado ao Congresso dá bem uma idéia da forma pela qual a ditadura busca escamotear, em lugar de resolver, os problemas básicos da sociedade brasileira. Quando todos reclamam a anistia ampla, geral e irrestrita, os governantes decidem fazer de conta que estão mudando alguma coisa para não modificar nada. Ao contrário, punem de novo os punidos. Primeiro, nada dizem sobre os mortos e desaparecidos, os mortos sem sepultura. Segundo, não anistiam muitos, talvez

centenas, de vítimas da ditadura que se acham nos cárceres ou exilados. Terceiro, estabelecem que os punidos devem reconhecer, por escrito, a sua culpa, como se houvesse culpa em lutar contra o Golpe de Estado, a repressão e a ditadura. Quarto, anistiam-se todos, golpistas e torturadores, desde 1961, quando se iniciou a preparação do Golpe. Não se trata de uma anistia, mas de uma nova punição. Os governantes punem outra vez as vítimas da ditadura. Mais do que isso, punem também a opinião pública, o povo brasileiro. Respondem ao clamor pela anistia com mais um ato de repressão. Por isso a luta deve continuar, não só pela anistia ampla, geral e irrestrita, mas também pela Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita pelo povo. É preciso continuar o fortalecimento da frente nacional democrática, na luta contra a ditadura e as suas farsas.

ANISTIA NA PUC

NADIR KFOURI, Reitora

Valorizo a oportunidade do debate sobre a Anistia, uma vez que a votação do projeto se aproxima. Sou favorável à anistia completa, integral e não entendo que possa ser de outra forma. Isto é o que a Nação espera. Imagine-se uma anistia incompleta que discrimine os que seriam por ela atingidos... Tal ato vai suscitar revolta, frustração, desespero por parte de muita gente. Não posso nem acreditar nisso. Quero acreditar que esse projeto apresentado vem como um balão de ensaio: a futura lei deve

corresponder aos anseios do povo brasileiro.

Gostaria que houvesse no País aquilo que com simplicidade vivenciamos dentro da PUC, onde ilustres professores, que não puderam continuar seu trabalho nas Univ. de origem, vêm prestando uma colaboração relevante aqui. Aguardamos também a revogação do 477, bem como de toda a legislação repressora que incidiu sobre alunos e professores.

LAURINDO LEAL FILHO, presidente da APROPUC

"Na carta-programa da atual diretoria, um dos itens é a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, para todos os presos e perseguidos políticos. É preciso distinguir qualquer outra tentativa de uma anistia parcial. Mais que isso, achamos que a Anistia de maneira alguma pode beneficiar torturadores ou agentes da repressão. Entendemos que estão no mesmo nível de torturadores os policiais que invadiram a PUC em 22/9/77.

Dia 7/8 estive em Brasília falando com os senadores Teotônio Vilela e Itamar Franco que informaram que pelo substitutivo do MDB haverá possibilidade de investigar a fundo a invasão e

de se apurar os responsáveis.

A APROPUC faz parte da Comissão Executiva do CBA-SP e da Comissão Pró-Anistia da PUC.

Precisa ser amplamente denunciada a farsa que é o projeto de anistia parcial do Governo: ele só serve para iludir setores menos informados da opinião pública e, mais grave, anistia torturadores. Pessoalmente entendo que a Anistia é um ato de Paz. Conseqüentemente só pode ser AMPLA, GERAL e IRRESTRITA. Desta forma, acabam-se as intransigências, os desentendimentos e os confrontos, dando ensejo a que a Nação passe a trabalhar unida pelo bem-estar de seu Povo.

GERALDO SILVÉRIO, presidente da AFAPUC

Pessoalmente entendo que a Anistia é um ato de Paz. Conseqüentemente só pode ser AMPLA, GERAL e IRRESTRITA. Desta forma, acabam-

se as intransigências, os desentendimentos e os confrontos, dando ensejo a que a Nação passe a trabalhar unida pelo bem-estar de seu Povo.

PUC, 33 anos

É meio... (como direi? Ah!) dialético: pra gostar é preciso conhecer mas pra conhecer é preciso gostar. Este suplemento recupera alguns momentos significativos da História da PUC; aqueles que contribuíram para seu presente. Por que é que se diz que a PUC "é uma cachaça"? ou que "aqui se ganha pouco mas se diverte muito"? Como começou essa situação ambígua?

A partir dos depoimentos destes funcionários e professores, alguns fundadores da PUC, talvez se entenda seu "jeitão". Qual foi a importância da "Católica" no ambiente cultural e político de 1946? O que a S.Bento e o

"Sedes" contribuíram desde 1900 e pouco? Aqui se fala das tendências políticas do corpo docente, dos passos do movimento estudantil, da tradicional dificuldade financeira e das pressões exercidas mediante retenção de verbas.

A luta pela autonomia universitária não é de hoje; o que representou "Morte e Vida Severina" em pleno 66. Alguma luz se projeta sobre as mãos que aos poucos seguraram os leme, como tem sido o estilo de governo aqui dentro. Este esforço se situa dentro do "Projeto História da PUC", o qual também deu retaguarda ao "Museu de Rua".

Franco Montoro

O 1.º Estatuto Numa Bandeja de Pizza

Na vida de Franco Montoro mistura-se a militância na Ação Católica, a ação partidária, o anseio pela justiça. Aqui nos conta como foram as idas-e-vindas da fundação da PUC e o que se esperava dela.

AÇÃO CATÓLICA: OPERÁRIOS E ESTUDANTES

Em 1937 organizaram-se os dois primeiros núcleos da Ação Católica: a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juv. Universitária Cat.) da qual fui o 1º presidente e o Rubens Padim (mais tarde Dom Padim) o 1º vice. A participação dos operários e dos estudantes no debate dos problemas nacionais significou a substituição do paternalismo — do Estado e da autoridade religiosa — por uma participação responsável e ativa. Dom José Gaspar dinamizou a Ação Católica, era um mineiro muito ativo. A AC promoveu movimentos sociais, além da construção de uma colônia de férias em Itanhaém, para reflexão e encontro das Faculdades existentes. Após a morte de Dom José houve um período de quase-intervenção, comandada por Dom Castro Maia e o Plínio Correia de Oliveira.

"A PUC nasceu para fazer a integração cultural latino-americana: logo foi burocratizada".

A nomeação do novo arcebispo Dom Motta, mostrou a disposição de seguir na linha anterior e fui chamado de novo para presidente da JUC. Os grupos de Ação Católica tinham a perspectiva da mudança fundamental, na direção das Encíclicas Sociais: preten-

dia-se a reforma de estruturas não na linha capitalista e individualista mas na formação do trabalhador. A JOC era o movimento mais importante pela repercussão e peso social: a influência era do Cônego Cardin, belga filho de operários, que perdera o pai num acidente de trabalho. Mais tarde foi feito cardeal. Repetíamos muito sua frase: "se você quer saber a situação de uma comunidade, procure conhecer o salário do trabalhador daquela comunidade: o resto é assistencialismo".

A JOC não se confundia com um partido político mas tinha reivindicações operárias e sociais, ciosa da posição independente da classe operária. A Suzana Medeiros, do Serviço Social, participou muito de JOC. Este movimento me lançou na política, especialmente o grupo do Moinho Velho, no Ipiranga.

TOMAMOS O PDC

Não formei o PDC (Partido Democrata Cristão): ele já existia, integrado por professores, fundado logo após a Guerra na linha dos partidos europeus. O PDC não tinha muita força, pois eram todos intelectuais. Em 1949 participei ao lado de Alceu Amoroso Lima e de Sobral Pinto de um encontro em Montevidéu, com as lideranças cristãs engajadas na ação política. Na volta, fizemos reuniões em minha casa e fundamos a Vanguarda Democrática, que tomou a direção do PDC. Dessas reuniões participaram Dom Hélder e o Pe. Lebrét, que insistiam em que sujássemos as mãos, entrando nos partidos. Pois bem, nas primeiras eleições a derrota foi completa. Com o tempo fomos crescendo e em 65 elegeríamos seguramente mais de 50 deputados federais. O PDC não sofria ingerência da hierarquia católica.

BANDEJA DE PIZZA

A PUC nasceu do contato semanal de Dom Motta com um grupo que assistia à sua missa, depois tomávamos café da manhã. A idéia foi surgindo e Dom Motta pediu um esboço da estrutura jurídica. Fomos certa vez à Pizzaria Giordano e depois de umas pizzas, chopps, redigimos os pontos fundamentais do estatuto, sede e fins da Fundação no verso da bandeja de papelão.

A primeira idéia quanto à Univ. Católica não era que ela fosse Pontifícia mas que ela seria uma Universidade Latino-Americana de SP, que colaboraria nos aspectos de integração cultural na América Latina. Isto estava nos primeiros estatutos. Daí entraram outras pessoas, Monsenhor Salim trouxe elementos burocráticos e esta referência latino-americana acabou saindo — seria um dos objetivos fundamentais. Imagino que a Católica seria uma espécie de pré-Puebla.

"A PUC tinha uma tendência socializante, na linha popular".

RESISTÊNCIA

Dom Carlos era uma figura ex-

traordinária. Fora verador, estudante de Direito. Mineiro, era dotado de senso político e preocupação com o operário. Foi independente perante os governadores. A Revolução de 64 ele viu com desconfiança. A PUC foi vanguarda nas posições da época, dando importância aos aspectos sociais, sen. vinculação com as elites udenistas (Almeida Prado Júlio Mesquita) como a USP. Os professores de Direito eram gente do direito público e não advogados de empresa ligados a interesses capitalistas. Dirigi que a PUC tinha uma tendência socializante na linha popular. O grupo da UF foi marginalizado.

Fui convidado 2 vezes para Reitor da PUC mas levei o Bandeira, que deu uma estrutura independente à Univ. A Reforma na PUC foi das mais corajosas. Um grupo capitalista não teria permitido a evolução que teve a PUC, que colocou a serviço da justiça, da comunidade. Daqui saíram vários movimentos de denúncia, como a "Morte e Vida Severina", considerada subversiva por muitos. Depois de 64, com o retraimento geral e adesão ao pensamento oficial a PUC foi local de resistência de cultura independente em defesa da população contra interesses multinacionais e vicelências do regime.

"MUSEU DE RUA"

sobre

HISTÓRIA DA PUC

Apartir de 22/8, na entrada da Biblioteca Central

Exposição com 30 painéis que faz a retrospectiva desses 33 anos de Universidade. Participaram da pesquisa, tomada de depoimentos e elaboração de roteiros: Adilson Gonçalves, Angela Liberatti, Célia Seraiclonan, Euclides Marchi, Francisco de Assis Oliveira, Jorge Claudio

Ribeiro, Luciara Frota, Marcia Ma. de Souza, Ma. Aparecida Lomonaco, Ma. Leneide Oliveira, Mônica Salomão, Regina O. Trevisan, Selma S. Carvalho, Yvone Dias Avelino. Coordenação técnica: Júlio Abe Wakahara.

Doutor Bandeira

“Os estudantes não queriam mais Bispos na Reitoria”

Dr. Bandeira de Melo foi reitor de 64 a 72. Foi dos primeiros professores da Paulista de Direito e até hoje está na PUC. Aqui relata as 2 vezes que a Universidade foi ocupada pelos estudantes, as lutas pela autonomia universitária, a urgência de se ter um Reitor que não fosse Bispo e os obstáculos contra “Morte e Vida Severina”.

COMEÇO DO DIREITO

Em 1946, a única faculdade de Direito de relevo era a São Francisco, que hoje integra a USP e é a mais tradicional do Brasil. Dom Motta, figura inconfundível, quis formar um corpo docente entre os estudiosos da ciência jurídica, com gente jovem. Uma comissão se formou para escolher dos professores, formada pelo Montoro, o Galvão de Souza, Alexandre Correia, Mário Mazagão e Honório Monteiro. Fui o primeiro a ser convidado e escolhi a cadeira de Direito Civil, que leciono até hoje. Substituí vários professores de modo que a 1ª turma de Direito foi minha aluna em 3 séries. O “doutoral” é o assento que os professores ocupam nas solenidades, em ordem de antiguidade na escola: comecei como o 5º e hoje sou o 2º, logo depois do Montoro porque os outros se aposentaram ou faleceram.

“O Matarazzo queria que a PUC mantivesse professores italianos com altos salários”

A PUC foi muito bem recebida, especialmente pelos católicos. Ela equiparou a São Francisco e até a superou, sendo considerada como faculdade-modelo do Brasil. Isto causou aborrecimento tal nos alunos da S.Fco. que eles arrancaram as placas da rua Monte Alegre que indicavam a Fac. Paulista. O Tribunal de Justiça é testemunha de queixas contra pretensão protecionismo a advogados da PUC para o cargo de desembargador.

A PUC É OCUPADA

Em 1964 Dom Carlos escolheu-me para vice-reitor, em substituição a Dom Antônio Maria (então reitor) e o vice, Pe. Ramon Ortiz, que pediram licença. Tinha havido uma desinteligência entre o secretário Mons. Vitor e o diretor da escola de Serviço Social masculina, culminando no despejo daquela escola da campus Monte Alegre. Os alunos fizeram greve e tomaram a escola pela 1ª vez (houve outra em 68). Mons. Vitor não tinha habilidade no trato com professores e alunos. Dom Motta convidou Montoro para mediador que declinou por ser político e me indicou. Relutei mas acabei aceitando. A Faculdade estava tomada pelos estudantes

da Serv. Social, Direito e S. Bento. Lá fora estava o corpo da guarda, militares, agentes, delegados, querendo arrombar. Conversei com 2 delegados que foram meus alunos e pedi que esperassem meus entendimentos. O Pe. Enzo tinha livre entrada e fui lá dentro com ele. Os estudantes queriam realmente um reitor leigo porque os Bispos não tinham tempo para exercer a Reitoria: se Dom Motta concordasse, eles sairiam em paz. Voltei a Dom Motta, que aceitou a condição. Contudo, os estudantes queriam saber quem seria. Novamente com Dom Motta que me disse o nome do novo Reitor: “é o senhor”, disse-me ele.

REITOR LEIGO, AFINAL

Eu não queria aceitar de jeito nenhum pois a Univ. estava cheia de problemas, com dívida, sem pagar professores, obras inacabadas. Acabei sendo convencido porque em ocasião anterior defendera perante Dom Motta a necessidade de um Reitor leigo. Impus 2 condições, que foram aceitas: primeiro, que cumpriria o mandato nos 9 meses que restavam e que qualquer assunto entre Dom Motta e a Univ. seria conduzido por meu intermédio. Caso contrário eu renunciaria. Eu já renunciara no Cons. Universitário quando Dom Motta decidira à revelia que a Fac. Economia seria onde hoje é o Palácio Bandeirantes, prédio este do Francisco Matarazzo. Dom Motta me tranquilizou dizendo que Matarazzo queria vender o imóvel ao Governo e indenizaria a PUC com títulos de suas indústrias. Ainda bem, porque seria péssimo negócio para a PUC; o Matarazzo queria que a PUC mantivesse professores italianos com altos salários (ela que pagava mal os profs. brasileiros...) Acabei convencendo Matarazzo que a indenização seria em dinheiro. Com essa quantia as obras foram terminadas e determinei grande economia a ponto de não ter uma sala para a Reitoria nem automóvel para meu uso particular. O ano de 64 terminou com pequeno superávit.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A PUC pleiteou aumento de subvenção oficial mas o governo foi sempre relutante conosco porque o Reitor não era ligado à situação política nem antes nem depois de 64. Entendia que um desembargador não podia tomar posições políticas. (Montoro, na nova fase do PDC, me ofereceu a presidência do Partido, convidou-me para candidatar-me a senador e não aceitei.)

Eu me opus, quando desembargadores e professores de Direito apoiaram a Revolução de 64. Esta quis mesmo intervir na nomeação de professores ou era contrária a outros. Eu sempre resisti. Tive felicidade nestas questões porque o general do 2º Exército era ligado a um ex-aluno meu, que se dava comigo. Minha intervenção impediu que prendessem a Madre Cristina do Sedes e pedi também à Ir. Leda, que conheço desde menina, que acalmasse a Me. Cristina. Ape- nas não me neguei a fornecer currículos de

professores, mesmo porque ameaçavam intervir e teriam a documentação do mesmo jeito. Alguns delegados do Dops foram meus alunos e assim era mais fácil. O Ministro da Educação também quis intervir não dando verbas: eram muito módicos conosco.

“Ai dos moços que não são de esquerda: o de direita é um desastre.”

Quando terminou meu mandato de 9 meses Dom Motta disse que me entendesse com Dom Rossi, o novo arcebispo. Convidado, compareci ao Conselho Superior da Fundação São Paulo, formado por Bispos. Lá fiz um relatório de atividades e saí antes do fim da reunião. Estava em casa quando me chamaram de novo à reunião para informar que fora escolhido por unanimidade para continuar. Terminado este mandato de 4 anos, estava em Lindoya quando o Aquino me informou do fato consumado que Dom Rossi havia prorrogado meu mandato. Assim, fui reitor quase 9 anos. Geraldo Ataliba me substituiu depois de uma luta muito grande de grupos. Meu filho Celso Antônio foi o vice-reitor, com prejuízo de sua vida profissional.

MORTE E VIDA SEVERINA

“Morte e Vida Severina” foi um movimento a que aderi, apesar das críticas a mim e acusações à peça de que seria comunista.

Entendo que a reivindicação social e crítica ao capitalismo quando justas não são comunistas mas dentro da Doutrina Social da Igreja. Vi a peça antes e concordei com suas críticas. Seu autor é representante do País, diplomata, que não foi excluído além de um dos maiores poetas modernos. Dom Rossi me procurou porque havia movimento dentro da Igreja contra a peça: levei-o à peça e o convenci que ela não era comunista. O Núncio, Dom Baggio, veio do Rio pelo mesmo motivo e foi favorável. A peça foi à Europa e ganhou o 1º lugar.

Devemos muito ao Tristão de Athayde, essa figura extraordinária de homem. Entusiasmado, jogou seu boné no palco do “Morte e Vida”.

A segunda tomada da Univ. em 68, eu não lembro bem. O Aquino me telefonou dizendo que os alunos tinham ocupado a PUC. “Se eles querem, pois entregue”, disse eu, não sem malícia, pois estávamos na véspera das férias. Comissões de alunos vieram à minha casa para que eu fizesse um movimento para retornar à Univ. “Vamos perder as férias”, disseram. Respondi que, se quisessem, podiam devolver. O José Dirceu ficou meu amigo, escapou devido a meu depoimento de que ele não era comunista. A mocidade é assim mesmo. Ai dos moços que não são de esquerda: o moço de direita é um desastre...

A PUC SAI DA PRÉ-HISTÓRIA

Madre Cristina já deu muito trabalho. Sempre irrequieta apesar de serena ela pode ser encontrada onde houver opiniões ou movimentos que propõem algo novo. Eis seu balanço das várias fases do “Sedes Sapientiae”.

TRANSFORMAR A REALIDADE

Qualquer análise sobre o papel da Universidade, em primeiro lugar deve estar pautada em sua visão global.

No caso específico da PUC, sua relação com a Igreja era de transmitir a visão de mundo cristã ao invés de dar uma resposta exigida a partir da realidade histórica. A própria Igreja não se preocupava com a realidade. O papel da Universidade é ser perenemente subversivo e deve ser um centro de contestação dialética ininterrupta do saber. Desta forma toda a programação de uma Universidade deveria estar embasada no pressuposto de que ela é agente de transformação; isto não existiu na PUC. A criação da Universidade Católica, não foi uma necessidade efetiva da sociedade, mas a necessidade de uma Igreja sedente de transmitir os conhecimentos cristãos.

O nome PUC, foi um título pomposo dado a uma série de Faculdades agregadas que não perderam sua individualidade nem mudaram suas perspectivas. Portanto não houve uma revisão dos princípios ideológicos destas faculdades nem programas.

PONTIFÍCIA. A QUE VIESTE?

A designação Pontifícia, demonstra na prática uma vinculação mais estreita com o Vaticano, um título exclusivamente honorífico que teria maior peso na atuação política, a partir do conhecimento de seu significado, o que até hoje não ocorre. Se compararmos à USP na época da fundação da PUC, a USP estava melhor equipada, pelo ensino gratuito e pelo nível intelectual dos professores. Até o presente momento a PUC viveu a sua pré-história, ela está nascendo como Universidade. A partir da atual reitoria, percebe-se uma revisão dos pressupostos e o início da preocupação de se colocar criticamente. A Universidade está em mudança pelo seu contexto com a realidade. Esta mudança reflete a mudança da realidade e da própria Igreja. Ela está preocupada agora com o seu papel de transformadora através da criação de novas alternativas, de novas lideranças, da contestação dialética do saber e do seu contato direto com o povo através dos centros de atuação na periferia.

MENINAS RICAS

O Sedes foi a continuação do Colégio “Des Oiseaux”. Foi criado a serviço de uma determinada classe social, mas para a época, representou uma forma de renovação, sendo um primeiro instante da liberação da mulher, não mais ligada às “tarefas domésticas” e preocupada com a formação intelectual. Esta renovação tem seus limites na própria índole elitista do SEDES, pela clientela à qual se destinava.

No início havia dois grupos de professores que representavam a tendência conservadora e tendência liberal-progressista. Um terceiro grupo começava a se configurar, que se formou nos contatos com a realidade, principalmente na luta estudantil. Este terceiro grupo é o que lidera atualmente o novo SEDES.

VIA VENETO CABELEIREIROS

DESCONTOS DE 50% PARA AS ESTUDANTES

Rua Monte Alegre, 771
Perdizes
Fone: 263.9857

R. Martin Francisco, 449
Higienópolis
Fone: 67.0539

Rua Mercedes, 584
City Lapa
Fone: 261-1471

R. Dr. Veiga Filho, 778
Pacaembu
Fone: 825-4857

Movimentos de estudantes no passado

UNE, JUC, AP, CPC, MUD

Pe. Enzo foi de tudo: capelão da FEB (colega do pracinha Geraldo Pinheiro Machado), diretor do Jornal da Cúria, secretário do fundador da PUC — o Cardeal Motta. Desde 1946 foi assistente da JUC, até 1960. Foi também diretor da São Bento e hoje faz de tudo em Sorocaba. Seu relato traz informações sobre o movimento estudantil, a evolução da mentalidade e a luta pela autonomia universitária.

SÃO BENTO, SEDES E DIREITO

A Universidade Católica nasceu como instrumento de contato da Igreja com a cultura da cidade, do Estado, num sentido orgânico de visão cristã da cultura. Nem sempre ela chegou a esta visão de diálogo, por parte de professores que não tinham formação e por inexperiência da Universidade. Havia excelentes faculdades e uma de Direito que era mais aberta e mais séria que a São Francisco. A Filosofia São Bento era muito fraca no estudo, na orientação: até 1962, sua escola de filosofia doutorou apenas 4 ou 5 doutores. Ela estava sob o domínio de 2 ou 3 professores, principalmente de Van Acker e Alexandre Correia. Estes, apesar de serem muito cultos e inteligentes, no seu relacionamento com os alunos não formavam um grupo. A Sedes Sapientiae era uma boa faculdade com bons cursos e presença marcante.

Em 1970, a Universidade fez sua reforma, integrando-se Direito, São Bento, Sedes, Coração de Jesus, Serviço Social. As antigas agregadas tinham apenas o diploma da PUC e eram administradas por outras fundações.



Congresso da U.N.E. em Ibiuna, 1968 (arquivo U.E.E.)

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA

As grandes equipes de JUC sempre foram da USP. Mais tarde, de 58 a 60, JUC conseguiu formar suas equipes na São Bento e na Paulista.

Eram 80 equipes de 8 a 10 pessoas cada, num meio de 15 mil universitários em S. Paulo. Quando chegamos ao meio universitário, o PC estava nos postos-chave, sem se preocupar com as bases.

A liderança na PUC era evidentemente da Fac. de Direito. Quando assumi a direção, em 1960, havia 8 grupos com 40 vagas cada. Fazíamos 3 ou 4

vestibulares: a gente rapava o fundo das outras faculdades. Apertamos os cursos, daí nasceu a fama de faculdades que começavam a exigir. Em 61 nasce a Ciências Sociais, em 62 vem a Psicologia, preparada por Enzo Assi, hoje na Santa Casa, com visão científica séria e total liderança entre os psicólogos de São Paulo. Em 61 começa a reforma da São Bento que tentava a aproximação entre professores e alunos. Os professores passaram a se reunir e davam um tema para várias matérias, especialmente em Ciências Sociais. Os alunos ficaram mais amadurecidos, antes não sabiam integrar as matérias. Ajudou na São Bento a vinda de gente da JUC, convidada para professores. Fizemos a reforma do regimento e depois da Universidade, por influência do pessoal da São Bento.

A JUC promoveu uma pesquisa de 2 anos sobre a Universidade Brasileira, entre 57 e 58. Quem ajudou muito, foi José Nagamine, secretário da JUC, técnico de planejamento na Secretaria da Educação: convidei-o para secretário da São Bento.

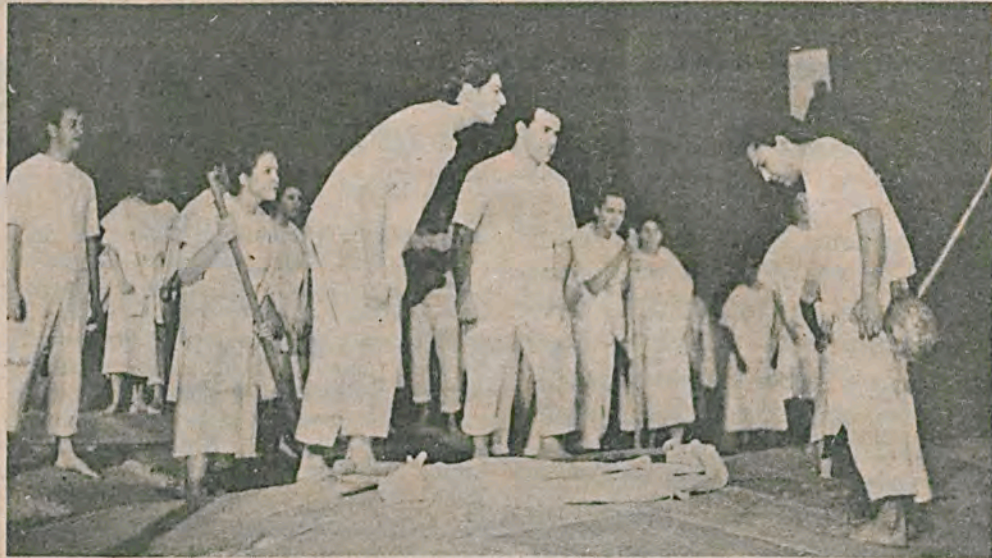
“O PC estava nos postos-chave, sem se preocupar com as bases”

Eu sabia de tudo o que se passava porque conversava com os alunos, sabia seus nomes. No início eram 200, mas quando eu saí, eram 900.

Os alunos da São Bento eram os mais pobres, davam aula de manhã e de noite. As alunas do Sedes, exclusivamente feminino, eram mais ricas e foram revolucionadas pela JUC. Em 1955 fundamos o MUD (Movimento Universitário do Desfavelamento): os alunos iam às favelas tentando trabalhar lá,

além de trazer para a Universidade a situação dos favelados. Toda semana havia um cartaz com fotos das favelas. O cartaz ia para cada faculdade e as pessoas faziam conferências. Do MUD nasceram soluções originais; levavam-se 3 ou 4 famílias para bairros de nível superior, onde, através do contato, os favelados aprendiam a usar a luz, hábitos de higiene e estudos para as crianças. A favela do Vergueiro foi desfavelada assim.

As meninas do Sedes eram as mais ricas, usavam até colares de pérolas nas aulas. Era a passarela de São Paulo. Algumas iam assim à favela e os favela-



dos estranhavam, fazendo com que elas levassem uma vida mais simples. Uma grande força foi dada pela Madre Cristina, que deu sentido social ao estudo. Nas férias, em 1961-62, quando a UNE estava penetrada por esse espírito, foi criado o CPC, o Centro Popular de Cultura. Durante o ano, nas periferias e durante as férias organizavam-se as “Operações”. A “Operação Caiçaras” foi no litoral Norte; havia outra no litoral Sul mas não me lembro o nome. O próprio Paulo Freire esteve em São Paulo dando cursos.

MORTE E VIDA SEVERINA

“Morte e Vida Severina” foi o apogeu da vida comunitária. Em 66 havia momentos pesados na vida nacional. Silnei Siqueira deu à peça aquela encenação que ficou clássica. O texto foi analisado pelos cursos de Letras, o vestuário foi pesquisado pelos alunos de História e Sociologia, a linguagem também. Cada curso assumiu o texto do João Cabral.

Nesse tempo ainda se construía o Salão Beta, com chão de terra, havia material no chão, ferro, madeira. Lá o pessoal ensaiava. O Capajós, da FEL, chegou a inventar um sistema de iluminação. O tema era palpitante na época e a estréia foi fenomenal, todas as noites o TUCA cheio. Henrique Suster deu organização ao trabalho, inventou até umas malas, que podiam ser jogadas de qualquer jeito que as roupas permaneciam passadas.

“A polícia não nos molestou porque tinha medo do Cardeal Motta.”

Na época a passagem custava Cr\$ 1 milhão por pessoa. Eram 30 atores. Dez milhões se conseguiu através dos shows e dez milhões pelo Governo. Faltavam 10 milhões e tinham que decidir quem não iria. Silnei colocou o pessoal em círculo e pôs o problema. A turma ficou um tempão em silêncio, ninguém dizia nada, alguns choravam. Até que alguém falou: “meu pai me deu 500 contos para eu gastar em Paris”, outro disse: “vou vender meu carro” (era o João Marcos Varela, da Psicologia) e cada um achou algo que podia ceder para as passagens. Quando perceberam que todos iam, foi um abraço só,

choravam, dançavam. Foi um espetáculo emocionante. Estavam a dois dias da estréia. A platéia no Festival de Nancy, na França, aplaudiu 10 minutos, tiveram que retornar ao palco 10 vezes e o júri, deu o prêmio aos brasileiros ao lado de um grupo húngaro.

AUTONOMIA

Não houve naquele tempo invasão da PUC, como havia na USP com soldados nas salas. O pessoal da Católica fugia, quando vinham agentes do DOPS pedindo fichas nas secretarias. Os funcionários apavorados as forneciam. Dr. Bandeira baixou uma ordem que fichas, só com sua autorização: os agentes iam lá e ele dava um jeito de encobrir. Não nos molestavam porque tinham medo do Cardeal Motta.

“Morte e Vida Severina foi o apogeu da vida comunitária.”

Em 64, quando foi desfeita oficialmente a UNE, foram os da PUC que deram presidentes à UEE, à UNE. Quando as lideranças sumiram, eles aguentaram até 66/67. Um agente-aluno tentou, em 1965, com 5 professores e 4 ou 5 colegas destituir a direção da São Bento, eu, no caso e conseguir uma observação do MEC. Foram feitas acusações pelos jornais, declarando que a Faculdade São Bento tinha baixo nível. Vieram 2 observadores: o Pastor Borges Teixeira e Nilton Sucupira. Os professores fizeram uma lista de 80 assinaturas de colegas e publicaram na Folha de São Paulo um documento em que estranhavam o que acontecia contra a direção da São Bento.

Após ouvir Enzo Azzi, Joel Martins e alunos, Sucupira chamou o Reitor, Dr. Bandeira, para pedir minha demissão, e do Prof. Nelson, de Matemática, senão viria IPM. A gente decidiu não pedir demissão: Bandeira declarou que se a gente caísse, ele ia junto.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Até 1952/53 mais ou menos, os alunos eram alienados em termos de visão social. Era difícil aceitar concorrer para a Diretoria dos CAS, exceto na São Francisco, porque se sabia que o presidente do CA tinha lugar nos escalões do Governo.

UNE, JUC...

Analisando as ideologias das candidaturas, de 58 em diante, havia 40% de esquerda, 40% de indiferentes e 20% de direita (com tintas reformistas). Na esquerda havia uns 30% de tendência e 10% de grupo organizado, este com ideologia e trabalho definido. Da direita, só 2% se organizavam, na época das eleições, trazendo banda, elefantes, cartazes. Em 1964 não havia JUC mas a AP, instrumento político da JUC, como resultado da formação intensamente social, de Igreja voltada para o povo e suas necessidades. Por sua vez, a JUC não podia fazer política, pelos estatutos, porque a Igreja é a política. O paradoxo era tão grande que a JUC inventou a AP que partia da visão cristã da realidade e se propunha a trabalhar politicamente, superando a JUC a qual servia de apoio

à AP mas decresceu em iniciativa. Também, os bispos estavam com medo porque a AP estava avançada demais e ela, por não ter onde recorrer, descaracterizou-se como cristã. O método da Igreja era muito lento, da transformação das consciências. Naquele desespero, o que aparecia como rumo era pegar em armas: parte virou terrorista, outros perderam o elã e outros refizeram sua

“O Sedes era a passarela de São Paulo.”

maneira de ser cristã. Quando explodiu o tema social, em 1954 foi na Semana Nacional de Estudos da JUC, os temas progrediam, forçando a ver a realidade de miséria. O tema “o universitário é um privilegiado” nasceu na JUC.

AÇÃO POPULAR

A situação de desarticulação da JUC e articulação da AP foi em 64. A AP começou em 1960. Em 63 ela lançou um manifesto, com gente de fora da JUC, com ideal humanista aderindo. O Travassos era da AP. As turmas formadas em 69/70 enfrentaram pressão enorme das famílias, da política, “não entre em nada”, dizia-se. A AP era dedada o dia inteiro, virou partido nacional, perseguida dentro das faculdades.

CARDEAL MOTTA

Cardeal Motta foi um homem extraordinário. Deu início a atitudes como a visão social, dentro da Doutrina Social da Igreja, no limite do que se podia

“Em 65, tentaram destituir a direção da São Bento.”

pensar na época. Quando se tinha Problema na JUC, iam bater à sua porta, às duas da madrugada, iam em pânico com problemas da UNE, etc... Muito firme nas suas posições, tinha facilidade de falar, retidão e fidalguia incomum. Trouxe dificuldades no meio do episcopado porque não aceitava a Revolução. Dizem que sua saída de São Paulo foi exigência da Revolução, mas ele pediu para sair dois anos antes, em 62. Queria ir a Aparecida: criou a Arquidiocese e conseguiu que lá não houvesse bispo-guardou o lugar para si.

Aquino: o fio da meada

Dr. Aquino entrou em contato com a PUC a convite de Franco Montoro. Coube-lhe encaminhar os estatutos da Fundação São Paulo. Secretário-Geral da PUC, é considerado o funcionário número um.

PATRIMÔNIO, ESTATUTOS

A primeira coisa foi delinear a Fundação São Paulo. Discutira-se se convinha mais uma Associação ou uma Fundação, sendo que esta depende do Ministério Público. A Fundação atrairia mais donativos e doações, como acontece nos Estados Unidos da América. Montoro pediu que eu me entendesse com o Curador de Fundações, levando um projeto elaborado por ele e por José Pedro Galvão de Souza. Isto ocorreu em 1945, e o patrimônio inicial era de 1.000 contos conseguidos através de donativos, 500 contos foram doados pelo Conde Francisco Matarazzo, por ocasião do casamento de uma filha, deixando a critério da Fundação o destino do dinheiro. Os outros 500 contos foram conseguidos na Cúria Metropolitana. O Provedor Geral da Cúria doou pouco mais de 300 contos, muito dinheiro para a época. Consegui com Mons. João Pavésio o restante como empréstimo.

Conseguido o patrimônio inicial, foi possível lavrar a escritura, sendo o dinheiro depositado no Banco do Comércio do Estado de São Paulo. D. Carlos Carmello decidiu que uma das comemorações do bicentenário do Estado, criado em 1745, seria a fundação da Universidade Católica. Na escritura da funda-

ção foi nomeado o primeiro Reitor das Faculdades-núcleo (a Paulista de Direito e a São Bento, esta foi fundada em 1908). O mosteiro decidiu a incorporação em 15/09/45, com todos os pertences, uma das melhores bibliotecas em Filosofia, obrigando-se os padres a doar 500 contos. A idéia da fundação era definida na 1ª Carta Pastoral de D. Carlos, que versava sobre a Paulista de Direito: “cum scientia, conscientia”; com a ciência do cidadão a Universidade deveria criar a consciência do cristão.

O 1º Reitor foi D. Gastão Liberal Pinto, que faleceu 14 dias após a fundação. Também foi nomeado o 1º Diretor da Paulista de Direito na pessoa do Dr. Alexandre Correia. Este, ao lado de Leonardo Van Acker (do Direito e da São Bento, esta filiada à Univ. Louvain, o que é muito importante), foi uma das bases da Universidade.

ANUIDADES BAIXAS

A idéia de fundar a PUC nasceu de uma série de reuniões, desde 1942, da Liga de Intelectuais Católicos, da Ação Católica Brasileira. Em 8/1/46, foi criada a Paulista de Direito. O corpo docente foi formado pelo grupo mais interessado que se reunira com D. Carlos. A Fac. de Direito passou a funcionar na Av. Higienópolis nº 890, onde funcionava a Filosofia São Bento no período vespertino e o Direito ficou de manhã. O 1º vestibular de Direito ofereceu 80 vagas com o nº de inscritos aproximadamente igual. Uma primeira questão foi das anuidades: os professores de Direito recebiam 150 mil réis por Hora/Aula e os da São Bento recebiam 30 mil réis. Em 46, o ensino superior público era pago e a Fac. de Direito São Francisco cobrava

anuidades de 300 mil réis. A Paulista de Direito cobrava 1 conto e 500 mil réis, cinco vezes o preço da oficial. Como Secretário, entendi que era conveniente reduzir a anuidade para 800 mil réis, devido à pouca afluência de candidatos.

DIFERENÇAS SALARIAIS

Era preciso remunerar bem os professores de Direito, pois as turmas eram de 80 alunos e as de São Bento eram pequenas, sempre foram altamente deficitária. Os professores de São Bento equipararam os salários anos depois; mas já no 1º ano o salário da São Bento foi dobrado. Por serem insatisfatórias as instalações da Higienópolis, transferiram-se as faculdades para um imóvel mais amplo na Rua Imaculada Conceição Nº 5771. O prédio possuía três andares e amplo auditório. A Cadeira de Religião era obrigatória, pelos Estatutos, dispensada apenas em casos especiais.

A seleção Administrativa foi feita por Mons. Emilio José Salim, 1º vice-reitor, que dirigia as “Faculdades Campineiras”, fundadas por D. Francisco Barreto em 1940. Cuidou também da aprovação do 1º estatuto. Eu fui secretário da Paulista até maio de 47, acumulando o cargo de Secretário Geral da Universidade. Era necessária outra pessoa na Paulista de Direito e sugeri como secretário Oswaldo Leite de Moraes (atual assessor jurídico da Universidade).

As irmãs Carmelitas doaram o terreno de 18 mil m², o Prédio e a Capela, o imóvel era grande para elas. Sairam daqui em dezembro de 48, sendo feita a adaptação em 1949 e em julho de 50 foi inaugurado o Predio Sede. O Deputado Aureliano Leite havia conseguido auxili-



Montoro nos tempos de JUC.

lio de 3.000 contos pelo Governo Federal para a reforma.

AGREGADAS: RETRATO NA PAREDE

A Universidade cresceu muito. Ela compreendia as Faculdades incorporadas e outras agregadas com patrimônio e vida autônoma. Esta situação não dava unidade à Universidade, nem comando à Reitoria.

Isto gerava debate sobre verbas: seriam dadas à Universidade ou a uma Faculdade determinada. Segundo D. Cândido Padim, “as agregadas eram como um retrato na parede”.

Com o tempo disciplinou-se a distribuição de verbas. O que uma faculdade conseguia era dela; o que era comum, distribuía-se a seu critério. Em 68 foram incorporadas a Sedes Sapientiae, Sorocabá, sendo doados seus terrenos à PUC. As outras se desagregaram. Em 58 foi criada a PUC-Campinas e as “Campineiras” saíram da PUCSP.

TIC - TAC:

Onde seu filho, de 1 a 6 anos se desenvolve com os outros.

Transformação

Infantil Treinamento do Criativa Auto

Atenção: Conhecimento filhos de funcionários e professores da PUC — desc de 10% na matrícula. Rua Ministro de Godoy, 1.173 fone 62.5018

jaiá AUTO ESCOLA
Carta de Motorista Amador Profissional
Motociclista
Revalidação de sua carta
Licenciamento de veículos
Rua Turiassú, 1040
Fones: 262-1105 - 263-0348

banespa

Leve Vantagem

O Banespa está fazendo seguro de vida em grupo a todos os funcionários e professores da PUC. Procure Jordão na Agência — PUC (sala 8 Préd. Novo) ou pelo ramal 271.

HOTEL RESIDENCIAL “CASA BRANCA”

Há dez anos com atendimento rigorosamente familiar. Colocamos à sua disposição apartamentos mobiliados, acarpetados e com telefone. Grande desconto para mensalistas. Pertinho da PUC, r. Monte Alegre 682. Reservas pelo telefone 62-7984

Ary Silvério

As finanças da infante

Ary Silvério é o atual auditor interno da PUC. Trabalha aqui desde outubro de 46, quando ainda era estudante do noturno do Col. S. Luís. Formava-se em contabilidade quando o chamaram para office-boy do Reitor. Monsenhor Salim, o vice-reitor, aparecia apenas uma vez na semana no gabinete: "eu rezava muito o terço, diz Ary, e treinava datilografia".

Ary nos conta como era o clima comunitário, como se conseguiram verbas, as crises estudantis dos inícios da PUC.

ENCERAMOS O PRÉDIO PARA O DUTRA

A São Bento e o Direito saíram da Av. Higienópolis para a Rua Imaculada Conceição, em Sta. Cecília, num imóvel do antigo Col. Oswaldo Cruz. A Reitoria ficou na Higienópolis com as agregadas, havia 3 faculdades de filosofia na PUC. Na verdade, apenas a Paulista e a São Bento eram PUC.

Em julho de 50, nos mudamos para o campus Monte Alegre, não havia o anexo com 12 salas de aula. Estas ampliações foram feitas por Dr. Bandeira. A reforma foi feita pelo arquiteto Benedito Calixto e pela Construtora Indústria e Comércio Mariutti, que construíra o Pacaembu e construíra a Basílica de Aparecida.

O campus Monte Alegre mudou todo, sendo o imóvel da Rua Imaculada Conceição alocado até o início das obras do Prédio Novo, quando então foi alienado.

O Pres. Dutra deveria vir para a inauguração do Prédio-Sede. Eram 19 e 30 h. do dia anterior e Mons. Salim se perguntava como seria a publicidade da vinda do Presidente. Foi feito um jornal filmado da Rádio São Paulo, por Marino Neto, choramos as pitangas como sempre, e pagamos 8 contos.

Os quatro serventes tinham sido liberados. Eu e o Miranda pegamos as enceradeiras e enceramos os corredores.

VERBAS

Quem fazia os contatos no Ministério da Fazenda e da Educação era Mons. Salim, que lá me levou. No avião fomos eu, ele, o Chateaubriand e a Dóris Monteiro. Descemos no Santos Dumont, Mons. Salim me ensinou a chegar no Ministério, o restaurante mais barato que não precisava dar gorjeta. Os departamentos é que davam dotações pequenas e nós tínhamos que assinar vários convênios: naquele tempo tinha que levar nota fiscal até de papel higiênico.

No Ministério não havia muitos funcionários, então eu pegava os convênios e os datilografava no hotel. Dr. Lodi, diretor do Instituto Superior, marcava sempre depois das 17 h. para assinatura e eu me via obrigado a ir à rua chamar 2 testemunhas. Muito esperto, eu chamava militares e íamos ao 13º andar do MEC. Um funcionário lia para mim as cláusulas do convênio que eu mesmo datilografava, e Dr. Lodi, de

costas, sem virar para os presentes, dizia: "a parte compreendeu bem? as testemunhas estão de acordo?". Aí, nova luta para o visto do Ministro, que às vezes viajava e nossas contas eram sempre para anteontem. Já colhi assinatura em porta de elevador, já fui convidado a "esperar lá fora".

Hoje as coisas estão melhorando. Antes as verbas tinham destino para cada unidade, vinham picadinhas. Em 1953 saiu uma subvenção para as faculdades com mais de 10 anos de 2.500 contos anuais (era mais de 50% da receita da Universidade). A São Bento se candidatou e recebeu. Fomos incluídos no Orçamento da União apenas em 55, com direito aos anos anteriores. Em 1955 foi o ano das vacas gordas, acertou-se muita coisa.

CLIMA COMUNITÁRIO

O convívio entre funcionários, professores e alunos era de comunidade fraterna. Havia convívio tão grande que eram feitas danças, desfile de modas, já apresentei rifas, para dar bolsas de estudo.

O movimento estudantil era sadio, com compreensão. Discordavam mas com respeito à pessoa. Não faltou quem discordasse de Leonardo Van Acker que era muito durão. Dava aulas na São Bento, junto com Alexandre Correia e ambos reprovavam demais. Contra eles houve crises e greves mas nunca uma atitude de desrespeito.

Acho que hoje não há o mesmo clima. A Faculdade de Direito, por indicação do Dr. Bandeira, determinou que os 3 primeiros alunos ganhassem bolsas. Vi centenas de vezes alunos passarem as bolsas que haviam ganho a colegas necessitados. O funcionário era olhado com carinho pelo aluno e este era cuidado como filho pelo funcionário.

Nossos professores eram homens notáveis, líderes (o PDC, por exemplo, foi fundado por Antonio de Queirós Fº, Dr. Bandeira chegou a ser Prefeito de São Paulo, o Franco Montoro, Senador).

MONSENHOR VITOR

Há um homem que não é citado e precisaria: é Mons. Vitor Ribeiro Nickelsburg. Pe. Vitor era secretário de D. Antonio Maria e administrava a Universidade para a qual abriu perspectivas com sua visão ampla. O Tuca foi sua iniciativa. Naquele tempo se reclamava que não havia lugar para aula-magna. Achou-se absurdo uma sala magna para tanto terreno.

Por aqui havia umas cantinazinhas: eu defendi a criação de um restaurante, o salão Beta era uma ante-sala do restaurante, para convivência.

Mons. Vitor gerou também uma resistência muito grande porque não se aceitava que um secretário agisse um lugar do Reitor. Os alunos não aceitavam Mons. Vitor. Modificou-se o estatuto e criou-se um 2º Vice-Reitor para ser ocupado por Dr. Bandeira, que no ano seguinte torna-se Reitor.

Um dos recursos para o TUCA foi a Campanha para a Formação da Juventude, com a colaboração de grandes empresários, como o Comendador Isnard, de uma moça solteira que deixou duas fazendas.



Festa de fim-de-ano, 1967 (com os funcionários: Pentead, Aquino, Geraldo Silvério, Alcaraz, Pe. Enzo, Dr. Bandeira, Miranda, Mariano, Ary Silvério (ajoelhado) e Gonçalves)

S. Bento: Elitismo ou Engajamento?

(Regina Orsi)

O processo da S. Bento desde 1908, sua fundação, até hoje. De um curso para poucos, tornou-se no núcleo da PUC.

EXTENSÃO DA EUROPA

PARA entender a atual PUCSP, não basta voltar para a fundação da Universidade em 22/8/46. Precisamos nos reportar ao início do século. Em 1908, anexa ao Col. S. Bento, é fundada a Faculdade Livre de Filosofia de S. Bento, pelo Abade Miguel Kruse, belga. A Faculdade era um prolongamento da Univ. Católica de Louvain, na Bélgica. Seu curso de História foi fundado em 1911. O conteúdo dos cursos humanísticos era extremamente diletante, como se verifica pela aula inaugural, cujo tema foi "Qu'Est-Ce la Philosophie", proferida por Abbé Charles Sentroul, de Louvain. Este curso de "estudos superiores" foi possível graças à amizade de D. Miguel com a nata da sociedade paulista que lhe deu todo apoio.

Os vínculos da S. Bento com Louvain foram tão intensos que os cursos foram suspensos durante a 1ª Guerra, de 1917 até 1922, quando havia bacharelado exatamente 13 alunos. Após 6 anos de interrupção, a Faculdade Livre reabre seus cursos, embora afastados do clima de debate e mantendo o caráter diletante, além de abrigar o pensamento católico conservador. Esta tendência conservadora se reforça com o pensamento católico leigo que surge no Rio em 1924. A Igreja Conservadora, durante a Revolução de 30, afasta-se dos debates do tempo, frontalmente contrária a qualquer alteração do status quo. O pedido de oficialização dos cursos e diplomas da S. Bento ao Gov. Federal só ocorre em 1936. Para obter a oficialização foi preciso que a Faculdade se reestruturasse segundo a lei Federal de Diretrizes e Bases editada em 1931. Dividiu-se em 4 seções: Faculdade de Filosofia; de Ciências, de Letras e de Educação. A S. Bento recebe autorização em 37 e é reconhecida em 40, em pleno Estado Novo.

NOVOS CAMINHOS

Mesmo desvinculando-se da Univ. Católica belga, os cursos da S. Bento ainda se mantinham distantes da nossa realidade e diletantes. Não tinham objetivo de aplicação prática, não se preocupavam com a formação de professores nem em dar formação crítica. Só em

1941 que a S. Bento alcança utilidade social maior, pela introdução da 4ª série, com práticas pedagógicas. Seu currículo passa a voltar-se também para a ciência histórica.

Com o final da Segunda Guerra, instaura-se um clima de debate por "novos caminhos": fortes tendências pela redemocratização, o fim do Estado Novo. A Igreja percebe o rumo dos debates e incentiva o pensamento Democrata Cristão. A exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro, o Card. Motta empenha-se na formação da Univ. Católica de S. Paulo. Esta inaugura o sistema de faculdades incorporadas e agregadas. Funda-se a Fac. Paulista de Direito, com participação de D. Paulo Pedrosa —abade de S. Bento—, de Franco Montoro e de José Pedro Galvão de Souza. Agrega-se a Sedes Sapientiae, fundada em 1913 por freiras belgas: seus cursos eram freqüentados exclusivamente por público feminino, algumas internas, o que lhe conferiu grande elitismo.

REFORMAS

As doações feitas à Univ. Católica permitiram que as anuidades da S. Bento fossem mais baixas, o que diminuiu o elitismo da clientela. O mesmo não aconteceu com o Sedes, que se manteve sem dotação financeira além da fornecida pelas alunas. Em 1956, por exigência legal, separaram-se os cursos de História e Geografia. Os dois cursos de História (S. Bento e Sedes) já se preocupam mais com a formação de professores. Aos poucos, durante a década de 60, tais cursos ganham maior cientificidade.

Ao final dos anos 60, decisão federal impõe às Univ. Brasileiras a Reforma Universitária, que fora debatida desde antes de 64. A PUC cria o Ciclo Básico, unifica as agregadas em Faculdades (exceto a FEI, ESAN, Casper Líbero que abandonam a PUC). O Básico procura propiciar formação crítica e humanística aos alunos mediante problemas da realidade social latino-americana. Estas mudanças refletem o movimento da Igreja naquele momento: de alguma forma a PUC democratizou-se procurando voltar seus cursos para a comunidade, fundamentando-se pela realidade sócio-econômica.

Penteado

REMEXENDO O BAÚ

Antônio Penteado de Azevedo cuida da Administração atual da PUC. Aqui formou-se em Direito em 1955. Seus estudos anteriores foram interrompidos algumas vezes por dificuldades financeiras. Trabalhou em despachos marítimos, escreveu duas peças. Entrou aqui em 1950 como auxiliar da Secretaria Geral. Seu depoimento dá conta das dimensões da PUC, as faculdades incorporadas e agregadas e alguns casos curiosos.

“JÁ ENTRO DEMISSIONÁRIO”

Dois meses antes da minha chegada, a Universidade se instalava no atual prédio-sede, que ainda guarda resquícios do antigo convento: alguns claustros na parte inferior têm pinturas murais. A própria porta principal da Reitoria é repartida, pois havia uma pequena vigia que podia ser aberta. Mons. Salim então Vice-Reitor, sendo Reitor D. Paulo de Tarso, Bispo de Campinas, o qual comparecia à Universidade cerca de duas vezes por mês para reuniões, do Conselho Universitário, por exemplo. Comenta-se que, quando D. Paulo foi conduzido à Reitoria, teria comentado: “encarrego-me da Universidade, mas desde este momento sou demissionário”.

A Universidade abrigava 3 tipos de instituições:

— São Bento e Paulista de Direito, que eram “integradas”, mantidas pela Fundação São Paulo.

— As “agregadas”, com mantenedoras próprias, vinculadas à PUC mediante convênios: a Filosofia Sedes Sapientiae, a Fac. de Engenharia Industrial, a Fac. de Ciências Econômicas “Liceu Coração de Jesus”, a Medicina de Sorocaba e a Teologia N. Sra. Assunção.

— As “complementares”, ou “suplementares”, como a Escola de Serviço

Social, a Cásper Líbero, que não tinham tanta vinculação, com um representante para todas no Conselho Universitário, parece-me.

PEQUENA EMPRESA

O clima aqui era particularmente familiar, com as famílias dos funcionários se relacionando, embora poucos professores não tivessem participação tão intensa com os funcionários como hoje. Tenho impressão de que não havia muita consciência da “Catolicidade” da PUC, embora por ser menos gente, havia maior integração. Havia a Semana da Universidade, que era responsável por parte da “vida comunitária”, com atividades artísticas, como o futebol de campo (situado onde hoje é o Prédio Novo) com arquibancadas e tudo.

“No início havia apenas 20 funcionários”

Houve uma transformação total das atividades e práticas administrativas com relação àquele tempo. Em 1950 a Universidade era uma mera secretaria, como a de um colégio grande. Hoje a administração é como a de uma grande empresa. A Universidade era tão simples que todos os funcionários não chegavam a 20 pessoas e aqui na Monte Alegre havia apenas 5 serventes.

DEZ ANOS

Em 1956 tivemos comemorações dos 10 anos de PUC. Naquele momento, havia 11 unidades, entre agregadas e integradas. Há aspectos curiosos: — Agostinho Neves de Arruda Alvim era Diretor da Faculdade de Direito, cargo que ocupou por mais de uma década; o Sedes era dirigido por Ana Maria Meirles, auxiliada por Madre Leda, que foi Vice-Reitora durante a gestão Ataliba; em Sorocaba, o diretor era Dr. João Batista Costa Jr.; a Escola de Serviço Social era dirigida pela Profª Nadir Kfourri.

Em 56 a Universidade tinha 3 fontes de renda:

O Governo Federal e mesmo o



1.º lançamento da pedra fundamental do TUCA, com Mons. Salim.

Estadual; as anuidades dos alunos; Doações, até de fazendas e imóveis. Havia também a campanha da Semana da Universidade, em todas as paróquias, a exemplo do que se fazia na Itália, com a Giornata Universitaria, em prol da Universidade Sacro Cuore de Milão.

“Os alunos roubaram o ipê da comemoração de dez anos. Plantamos outro.”

Durante as comemorações, houve a posse da Diretoria da Associação dos Amigos, que deixou de ser uma intenção para ser algo mais organizado.

A Associação congregava as pessoas (a Profª Silvia Lauandos, do Pós, lá começou como funcionária encarregada da atividade administrativa). Também arrecadava fundos com as contribuições mensais e chegou a organizar a “avant-première” de um filme cujo nome não me recordo, no Cine Marrocos, que conseguiu uma quantia substancial.

IMPORTÂNCIA CULTURAL E POLÍTICA

Em 1959 havia 3 Universidades em São Paulo: USP, PUC, MACKENZIE. A USP era a 1.ª opção, pela gratuidade, mais verbas, nível de ensino de maior tradição. A PUC era a 2.ª opção. As pessoas procuravam a PUC pela formação religiosa que haviam recebido. A dispensa de Cultura Religiosa tinha que ser muito bem fundamentada. Havia também missas, com participação do-cente.

Quanto à importância política, havia atuação de seus professores na política direta: Oswaldo Aranha Bandeira de Melo dirigia o Dept. Jurídico e foi secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura, chegando a substituir o Prefeito. Também Carlos Alberto Carvalho Pinto foi nosso professor de Finanças. Surgia também a brilhante estrela de Franco Montoro, como líder católico, apoiado pelas Congregações Marianas,

que em todas as paróquias requisitavam sua presença.

ALGUNS “CASOS”

Na comemoração dos dez anos, quis-se plantar um ipê, árvore nacional. Foi plantado em frente à porta atual da Reitoria, chegando hoje a certo porte. Sabíamos que os alunos “arrumavam”. Por isso, compramos 2 ipês: um foi plantado e fotografado, o outro ficou lá nos fundos. O ipê oficial foi “transferido” para outra unidade, ficando um bilhete em seu lugar. Deixamos o tempo correr e depois plantamos o outro no lugar vazio.

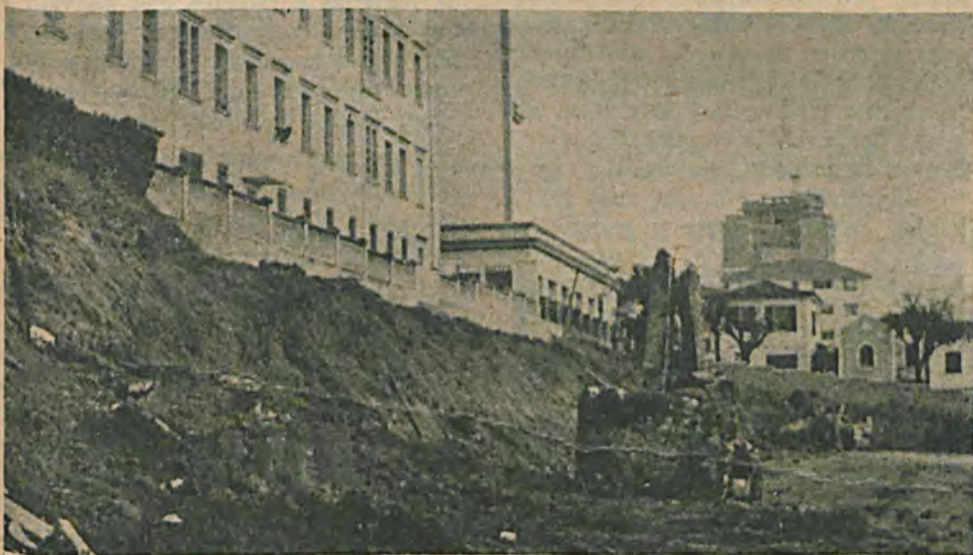
Onde hoje existe o TUCA, houve 2 lançamentos de pedra fundamental; um antes da construção e outro quando havia planos mais concretos.

Havia uma torre da Capela e outra do Prédio Velho; esta foi retirada por razões de segurança. É hoje o fosso do elevador que causou constrangimentos no dia da visita do Cardeal Spelman, prendendo-o junto com o Cardeal Motta.

“No porão há pinturas na parede, de quando a PUC era convento.”

Ao lado da Casa Paroquial há as oficinas. Lá foi lapidada boa parte das pedras góticas para a Catedral da Sé, por trabalhadores de origem espanhola. Ainda há restos dessas pedras no antigo Pós, sendo que outras foram vendidas ao término da Catedral.

O imóvel atual da DERDIC foi doação no tempo do Dr. Bandeira, pela Prefeitura, com prazo de 5 anos para construir. Não foi possível e pediu-se novo prazo quando se construiu um prédio para escola de Educação Física, que existiu por 2 anos. Lá existe uma pedra fundamental da Faculdade Paulista de Engenharia (sorrada por Mons. Vitor). O prédio foi adaptado para Faculdade de Psicologia, hoje é DERDIC.



Início da construção do Prédio-Novo, terraplanagem do campo de futebol

ED. LOYOLA

- “Pesquisa Educacional: Lori Gressler
- “O Ensino Municipal de SP: análise do planejamento curricular”: Katia Drug.

Distribuição em SP: Editora Vozes
R. Sen. Feijó 158-168. Fone: 32.6890
Edições Loyola: R. 1822, nº 347
Te.: 63.9695

Quem fica com o seu Bebê? Nós ficamos... e assumimos

BABY STOP

Porque somos mães, conhecemos o seu problema

• hotel para bebês
• Mensal e avulso — fone: 825-1670
Rua Cardoso de Almeida, 469

Criança só tem uma infância.

Valorize-a.

“BRINQUEDOS EDUCATIVOS”

TIJOLINHO

Rua Cardoso de Almeida, 316 -
Fone: 62.9080.

ESPLAN estudo planejado

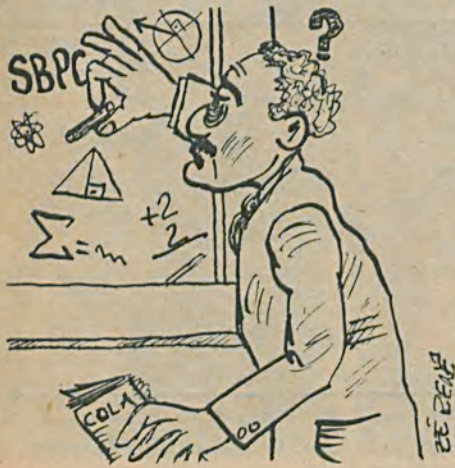
Assessoria Pedagógica —
Orientação Educacional
Orientação Vocacional —
Encaminhamento Escolar
Fonoaudiologia —
Psicomotricidade.

Rua Mancel da Nóbrega, 620
Fones: 289-0931 - 285-0982

SBPC

Ciência da periferia

(Silvana Mascellani)



Nesta reunião da SBPC, de 11 a 18 de julho, apresentaram-se vários projetos que são desenvolvidos na PUC. Os temas: psicologia para o trabalhador, educação popular, Igreja e libertação.

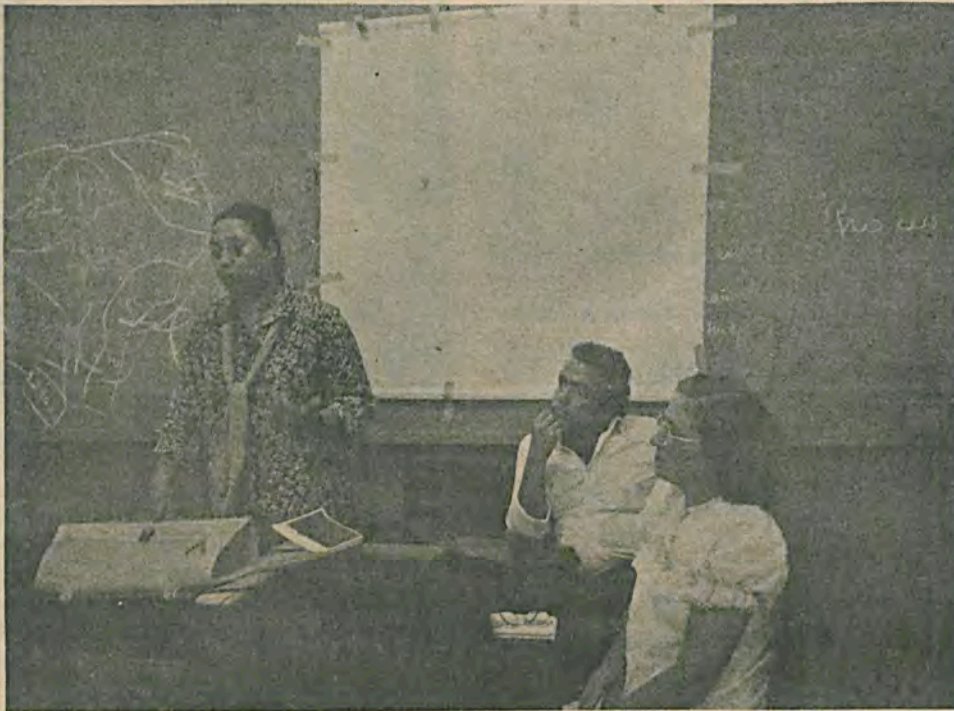
Professores e alunos da PUC participaram na 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) em Fortaleza, em debates mesas-redondas, simpósios e reuniões.

As reuniões tinham como objetivo gerar maior entrosamento dos participantes a nível nacional. Assim, tivemos as reuniões para proposição do tema "Educação" para a próxima SBPC que se realizará no Rio de Janeiro; a 3ª Reunião Nacional sobre o Currículo Mínimo de Psicologia (coordenada pela profª Maria do Carmo Guedes — PUC-SP e a Comissão Paritária Nacional). PSICOLOGIA NA ESCOLA E FORA DELA

Vários Simpósios, Mesas-Redondas e Debates foram apresentados por professores e alunos da PUC. No dia 14/07 houve a apresentação da Mesa-Redonda "Psicologia Educacional na Escola e Fora Dela" — coordenada pela Profª Maria Nilde Mascellani do Departamento de Psicologia Social. Participaram a Profª Elcie Salzano Masini e da aluna Eliana F. Leme, que não pôde comparecer: seu trabalho foi lido pela colega Cristiana T. Pradel. A profª Maria Nilde apresentou as participantes colocando em linhas gerais a forma como se estrutura a área da Psicologia Educacional na PUC, com núcleos que estudam a Psicologia Educacional voltada para fora da instituição escolar e também a Psicologia Educacional voltada para a instituição escolar.

A seguir tivemos a exposição da Profª Elcie, situando a preocupação de dar ao Psicólogo Educacional uma visão crítica da realidade das instituições onde irá trabalhar. Entende-se por visão crítica o conhecimento das necessidades psicológicas, sociais e culturais.

Houve a preocupação de atender àquilo que surge como necessidades na escola, considerando o aluno como é e o professor com o que tem para desempenhar as suas funções. Apresentou também uma experiência realizada por um grupo de estagiários. Maria Nilde explicou a origem dos núcleos de estudos em 1975 através do questionamento dos limites da Psicologia do Escolar. É necessária uma Psicologia voltada para



Albertina Takenchi, Jose Carlos Dias, Maria Nilde,

questões sociais, econômicas e culturais da população não-escolarizada das comunidades, bairros, favelas, cortiços, etc.

A seguir Maria Lucia que expôs o trabalho realizado de 1978 em estágio referente ao acompanhamento do processo psicopedagógico em situação de campanha eleitoral de um operário candidato a deputado federal. A Educação Popular é apreensão das pessoas ou grupos em uma situação dada. Por sua vez a Educação se define como processo de formação da consciência crítica das pessoas na sua relação com a sociedade em que vivem. O confronto de posições diante das situações mais diversas leva as pessoas à uma visão dialética dessa mesma sociedade. Pretendeu-se mostrar que o processo educativo permeia de modo peculiar os movimentos sociais. Procurou-se demonstrar também que o movimento social de caráter popular pode ser campo ou situação de trabalho para a Educação Popular e conseqüentemente para novas buscas da Psicologia. Pesquisou-se até que ponto o processo educativo que se inicia e se intensifica no processo eleitoral pode trazer desdo-

bramentos na continuidade de trabalho de Educação Popular. Em que medida se poderá detectar os mecanismos de comportamento que levam a formação de uma consciência crítica que serve de base para a Educação Popular. O trabalho caracterizou-as situações sócio-econômico-políticas que poderiam ser pré-requisitos ou condições facilitadoras de campanhas eleitorais e do processo educativo que ela poderia desenvolver. O estudo foi muito bem recebido pelo numeroso público, o que obrigou a substituição da sala para o auditório do bloco, sendo muito aplaudido.

A seguir Cristiana apresentou o trabalho sobre estágio realizado num colégio da capital, de adolescentes de alto nível sócio-econômico. O enfoque dado foi a questão da valoração dos jovens, seu comportamento diante dos pais, da direção, dos professores e de seus próprios colegas. O trabalho foi realizado com representantes de classe livremente eleitos, que formaram um grupo de discussão e reflexão dos problemas levantados pela classe.

O debate incidiu em duas linhas gerais. Primeiro, sobre o trabalho a



Simpósio: Psicologia do Trabalhador

nível de instituição escolar, a nível de filosofia política. Segundo, fez-se um amplo questionamento do trabalho fora da escola que gerou a pergunta: "Isso é Psicologia ou Política?". Um ponto muito enfocado pelo público foi o comprometimento do grupo nessa situação determinada: teria havido envolvimento emocional do grupo com relação à campanha eleitoral ou não?

PATRÃO FAZ PSICOLOGIA?

Dia 16/07 houve dois simpósios com gente da PUC. "Psicologia para o Trabalhador Brasileiro?" foi coordenado pela Profa. Renate Sanches. Participaram também a Profa. Maria de Lourdes Teixeira e a Profa. Odete Pinheiro.

O simpósio fez uma revisão histórica e teórica do que se realiza na área de Psicologia Social, Clínica e Educacional. A partir disto levantaram-se "pistas" sobre a atuação do psicólogo junto à classe trabalhadora. Renate situou historicamente o aparecimento nos EUA da Psicologia Social ligada ao processo de industrialização e servindo aos interesses de aumento de produtividade e melhoria de desempenho dos operários. Fez-se "resenha" e questionaram-se pesquisas que visam à caracterização psicossocial do trabalhador: apático, imediatista, negativista.

A apresentação terminou propondo a alteração do objeto de estudo; deve-se estudar a consciência social.

Maria de Lourdes levantou questões do tipo: "Qual a contribuição que o psicólogo educacional tem dado para a superação dos problemas teóricos e práticos que a realidade educacional brasileira nos coloca?". Apresentou também um trabalho realizado por professores e alunos da PUC, vinculado ao Depto. de Psicologia Social.

A Profa. Odete fez uma retrospectiva de seu curso de Psicologia, apontando várias passagens significativas a nível de matérias e estágios que visavam à formação dos Psicólogos Clínicos. A seguir mostrou a experiência de professores e alunos no bairro de Osasco junto a um Centro de Saúde Mental.

Um dos pontos mais significativos levantado no debate, foi o de "carência cultural"; quem é esse "carente"? Mais "carente" segundo qual cultura?

CRIANÇA E SUBDESENVOLVIMENTO

O simpósio "Aspectos Atuais do Conhecimento da Criança", já fora apresentado no TUCA em São Paulo. Foi coordenado pela Profª Albertina Takiuti da Fac. de Medicina de Sorocaba (PUC), com participação da Profª Maria Nilde Mascellani, Profª Loy Curi, Prof. José Gregori que não podendo comparecer foi substituído pelo Dr. José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

O simpósio apresentou condições em que a criança é gerada e seu desenvolvimento dentro da sociedade. O ponto central foi a apresentação da pesquisa realizada em São Paulo por professores e alunos junto às maternidades e às mães. Estes dados serviram de subsídio para 6 trabalhos que foram entregues no Encontro de Escolas Médicas na Paraíba e na Câmara com a presença do

Secretário da Saúde de São Paulo, Walter Leser.

EDUCAÇÃO E POVO

No dia 17/07 tivemos a mesas-redonda "Educação e Classes Populares" coordenada pelo Prof. Luiz Eduardo Wanderley (Instituto de Planejamento Urbano — PUC-SP) e a participação do Prof. Carlos Brandão (UNICAMP), convidado de última hora pois os outros conferencistas dessa mesa-redonda não puderam comparecer.

Luiz Eduardo expôs alguns tópicos teóricos situando a educação no Brasil e as classes populares.

A seguir Carlos Brandão expôs situando o papel da educação na sociedade capitalista dependente, distribuindo as classes na sociedade, qualificando a mão-de-obra para a prestação de serviços.

O debate versou sobre a experiência do MEB. Concluiu-se que Educação é política e a política tem discussão educativa.

IGREJA E POLÍTICA

Com Luiz Wanderley, Carlos Brandão, o Pe. Bernardo (vigário de Tauá da diocese de Crateus) e Maria da Gloria Gohn (Inst. de Planejamento Regional e Urbano — PUC-SP). "De que Igreja falamos?", foi a questão inicial. Carlos Brandão falou de seu trabalho junto à Igreja de Goiás. O papel da Igreja de Goiás afirma sua definição evangélica de colocar-se ao lado da reivindicação popular.

Pe. Bernardo contou sua experiência em Tauá, a resistência dos colonos da região da seca à invasão policial e prisões de camponeses.

Maria da Gloria fez uma análise teórica de vários movimentos origina-

dos a partir da Igreja, na Região Central-Sul do País. Luiz Wanderley fechou a mesa-redonda com a apresentação de "Movimentos Populares e Partidos Políticos". O partido não é a única forma de engajamento, existem outras respostas políticas possíveis como: sindicato, movimentos sindicais. A Igreja não é um partido, ela está presente em todos ou ocasionalmente seleciona um como o Partido Democrata Cristão. Como se articula a Igreja diante das correntes políticas existentes.

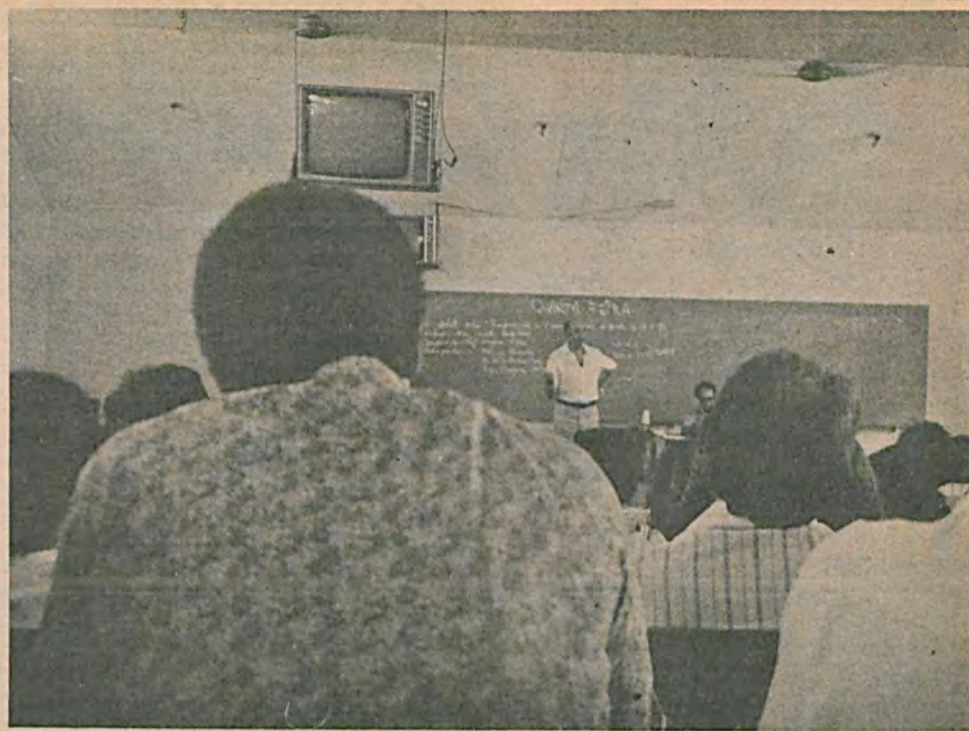
O debate girou sobre a atuação e perspectivas da Igreja hoje, culminando com a pergunta: "A Igreja aceitará e assumirá a luta armada?" Deram-se exemplos isolados como Cardenal mas a Igreja como um todo não assumirá a luta armada.

Em todas as atividades destacamos o grande comparecimento de público, o que obrigou a utilização dos auditórios dos blocos.

Um dos pontos altos foi a participação do Prof. Florestan Fernandes da Pós-Graduação da PUC-SP no debate "Brasil — Ano 70: Os Intelectuais e a Repressão", no dia 16/07, com grande repercussão entre todos os participantes da SBPC. Florestan teve participação no debate "Transformações do Ensino nas Décadas de 1950 a 1970" falando sobre a Universidade. Esse debate contou também com a participação de Maria Nilde Mascellani, de Ulisses Guariba, Lígia Leite e Norman Potter, coordenador do debate.

ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES

Durante a SBPC ainda houve duas reuniões com a presença de 100 pessoas representando 30 entidades. Os temas foram a criação de uma Organização



Luiz Wanderley (em pé) e Carlos Brandão (sentado)

Nacional de Docentes Universitários e a Reforma Universitária.

A primeira reunião foi coordenada pela APROPUC. Decidiu-se formar uma Comissão Coordenadora Nacional de Associações, formada por 2 entidades por região do país (Sul, SP, Rio, Centro, NE, Norte). Por SP vão a APROPUC e a ADUSP. Esta Comissão realizou uma reunião com a diretoria da UNE a fim de encontrar formas de trabalho comum entre Associações e DCEs. Elaborou-se também um memorial para o Min. Educação reivindicando a sustação do "Pacote Portela", que trata do ensino e a vinculação entre Univ. e empresas, para que o debate seja ampliado. O memorial reivindicava também mais

verbas para o ensino, readmissão dos professores cassados, fim das cassações veladas ou explícitas, extinção dos órgãos de segurança e informação nas Faculdades. O memorial foi entregue ao assessor do Ministro durante a reunião do Conselho de Reitores.

Prepara-se uma reunião extraordinária em Salvador de 6 a 9/9 para aprofundar a luta contra o "Pacote Portela", a questão da Reforma Universitária e questões trabalhistas. Dia 10/8 realizou-se a reunião da Regional de SP, com presença de 8 entidades, na sede da APROPUC. Segundo o Lalo, houve um grande avanço na união das lutas dos professores.



DOCEIRA *Opner*

Parabéns, PUC!

No mês de agosto vamos comemorar juntos os 33 anos desta Universidade.

Dê um pulo em nossa loja da rua Caiuby.

Basta mostrar que você é da PUC: uma surpresa o aguarda.

Cinco lojas para melhor servi-lo:

Rua Caiubi, nº 215 — Perdizes Tel.: 65-4336

A dois minutos da PUC

MATRIZ: Rua Barata Ribeiro, 48 — 54
Telefones: 256-7237 — 257-0339

Av. Ibirapuera, nº 3103 — loja 18
Indianópolis
Tel.: 543-7266

Rua Augusta, nº 1611, loja 14
Tel.: 288-2182

Av. Brig. Faria Lima nº 1191
loja H 6 — Tel.: 211-9210



(Loja Augusta)

